

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 1 - PAISAGEM CULTURAL: UM CONCEITO EM DISCUSSÃO E SUAS TIPOLOGIAS - PAISAGEM E GEOGRAFIA / PAISAGEM E ARTE / PAISAGEM E ARQUEOLOGIA / PAISAGEM E AMBIENTE / PAISAGEM E PATRIMÔNIO / PAISAGEM URBANA E PAISAGEM CULTURAL / JARDINS HISTÓRICOS E PAISAGISMO / PAISAGENS RURAIS, INDUSTRIAIS E DA MINERAÇÃO / CATEGORIAS DE PAISAGEM DA UNESCO E SUA APLICABILIDADE / ROTAS E ITINERÁRIOS CULTURAIS.

A PAISAGEM CULTURAL DO CONJUNTO PAISAGISTICO DA FLORESTA DE PETI- FUTUROS DISTINTOS , RELEITURAS DE PATRIMONIO

Danilo Souza Ferreira (danilosf1901@hotmail.com)

A comunicação predente apresentar o Paisagístico da Floresta Municipal da Estação Ambiental de Peti e analisar a trajetória histórica e patrimonial de um território que sintetiza, de forma singular, duas perspectivas de futuro construídas ao longo do século XX e início do XXI em São Gonçalo do Rio Abaixo. A primeira corresponde ao imaginário da modernidade, marcado pela industrialização, pela mineração e pela geração de energia hidrelétrica, especialmente a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Peti, no início do século XX. A segunda emerge a partir da década de 1980, quando o espaço é ressignificado como Estação Ambiental e, posteriormente, Floresta Municipal, orientando-se para a preservação ambiental, a pesquisa científica e a educação patrimonial, configurando o que se denomina um “futuro ancestral”, aberto à sustentabilidade e à memória crítica do desenvolvimento. A constituição histórica de Peti está profundamente ligada à modernização técnica mineira e brasileira, sobretudo à associação entre mineração e energia

elétrica. Inaugurada em 1905 pela empresa inglesa The São Bento Gold Estates, a usina destinava-se inicialmente a atender a exploração aurífera e, posteriormente, integrou-se ao fornecimento de energia para centros urbanos e industriais estratégicos, como Belo Horizonte, Santa Bárbara e o complexo minerossiderúrgico de Itabira. Peti insere-se, assim, no contexto mais amplo da Primeira República, quando a eletrificação e as obras de infraestrutura eram instrumentos centrais do projeto político e simbólico de modernização do Estado de Minas Gerais. A análise historiográfica, apoiada em autores como Gildo Magalhães dos Santos, Boris Fausto, Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, demonstra que Peti não deve ser compreendida apenas como um equipamento energético isolado, mas como extensão territorial do projeto republicano de ordenamento técnico do espaço, no qual natureza, engenharia e poder político se articulam. Sua integração posterior ao sistema da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, ao grupo Amforp, à Eletrobrás e, finalmente, à Cemig, revela a continuidade institucional de sua função estratégica ao longo do século XX, consolidando-a como patrimônio industrial de longa duração, dotado de autenticidade técnica e relevância histórica. O ponto de inflexão ocorre na década de 1980, com a criação da Estação Ambiental de Peti pela Cemig, iniciativa pioneira no setor elétrico brasileiro, anterior às exigências normativas do Conama. A partir de então, o território torna-se referência em inventários de biodiversidade, pesquisa científica, formação de profissionais e educação ambiental inclusiva. Essa ressignificação evidencia uma mudança paradigmática na relação sociedade–natureza, alinhada aos debates contemporâneos da história ambiental e do Antropoceno, nos quais a paisagem passa a ser entendida como agente histórico ativo. Dessa forma, o Conjunto Paisagístico e Patrimonial da Floresta Municipal da Estação Ambiental de Peti configura-se como um bem cultural de natureza integrada, que articula memória industrial, política estatal, biodiversidade e práticas contemporâneas de conservação. Seu reconhecimento e proteção justificam-se por sua capacidade de salvaguardar o passado e, simultaneamente, contribuir para a construção de uma consciência patrimonial orientada ao futuro sustentável.

Palavras-chave: patrimônio industrial; paisagem cultural; eletrificação; história ambiental; antropoceno;.